



PROJETO DE LEI Nº 54, DE 2021.

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para dispor sobre a criação de incentivo financeiro ao estudante do ensino médio.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº

Dá nova redação ao inciso § 5º do art. 8º, do substitutivo do Parecer Preliminar de Plenário nº 2, do PL nº 54, de 03 de fevereiro de 2021:

“Art.8º

.....
“§ 5º. Ato do Poder Executivo poderá facultar e estimular que:

I - Estados e Municípios contribuam com incentivos financeiros depositados na conta de estudantes que possuem domicílio nas suas respectivas regiões;

II – Pessoas físicas e jurídicas exerçam filantropia educacional mediante doações financeiras nas contas dos estudantes, cujos recursos deverão ser aplicados em títulos públicos federais formatados para o ciclo universitário e acessados pelos estudantes apenas quando da conclusão do ensino médio;

III – Os aportes realizados nos termos do inciso I e II deste parágrafo deverão ser realizados na forma de doação sem possibilidade de reembolso aos entes ou pessoas físicas e jurídicas que doaram.





JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICATIVA

As iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da educação no Brasil, como as medidas de mitigação da evasão escolar no ensino médio, devem envolver além de ações do próprio Estado, a colaboração de toda a sociedade, como bem estipula a Constituição Federal de 1988.

Nesse aspecto, o PL que visa estabelecer um incentivo financeiro para a permanência e conclusão na etapa do ensino médio, pode e deve criar instrumentos para que todos os entes públicos responsáveis pela educação no país, bem como, os particulares, possam participar destas ações.

É neste contexto que se insere a alteração proposta pela Emenda. Vide que o texto proposto propicia a participação dos Estados e Municípios, garantindo que estes entes possam aportar recursos aos estudantes beneficiários.

Do mesmo modo, o texto cria condições legais para que pessoas físicas e jurídicas possam exercer a filantropia educacional, mediante doações regulamentadas, utilizando-se de mecanismos simples como a aquisição de títulos do tesouro focados em atender objetivos educacionais.

A proposta da Emenda, portanto, dá concretude à previsão constitucional de colaboração entre os entes públicos e a sociedade na garantia dos direitos educacionais, contribuindo para a redução das desigualdades existentes no país.

Deste modo, a apresentação da emenda vem somar esforços





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Rafael Brito** - MDB/AL

ao PL 54/2021, ampliando as fontes de recursos e permitindo a integração da política com iniciativas dos Estados, Municípios e da sociedade.

Sala das Sessões, de 2023.

Deputado **Rafael Brito**
MDB/AL

Apresentação: 12/12/2023 20:29:48.060 - PLEN
EMP 10 => PL 54/2021

EMP n.10



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 462 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5462/3462 | dep.rafaelbrito@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://info.leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/C6235785784400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Brito

